MP aprofunda inquérito e dá 10 dias à Prefeitura sobre data centers em Barão

Gaema cobra dados sobre outros três projetos na região, estudos de ruído e calor e renúncia fiscal milionária

Por **Moara Semeghini**

REPRODUÇÃO INSTAGRAM / @PROFWAGNERROMAO



Sede da Fazenda Pau d'Alho, propriedade histórica localizada no quilômetro 118,5 da Rodovia Campinas-Mogi-Mirim (SP-340), em Campinas

O Ministério Público de São Paulo (MP-SP), pelo Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (Gaema), aprofundou a apuração sobre data centers em Barão Geraldo. Na sexta-feira (13), o promotor Rodrigo Sanches Garcia deu 10 dias para a Prefeitura de Campinas enviar licenças e dados de outros três projetos no distrito.

A medida atende a alerta do Conselho Municipal de Meio Ambiente (Comdema) sobre a formação de um "cluster de hiperescala" (concentração de grandes complexos de dados) na zona rural-universitária do distrito, com risco ao corredor ecológico da Mata de Santa Genebra. O foco é o mega data center de inteligência artificial anunciado na Fazenda Pau d'Alho, no Polo de Inovação para o Desenvolvimento Sustentável (PIDS). O projeto da Terra Nova 1774 Ltda. e da Actis prevê R$ 5 bilhões (até R$ 20 bilhões) em 944 mil m², com energia de até 1 gigawatt (GW), capaz de abastecer 1 milhão de casas.

Agora, o MP avalia impactos cumulativos com outras três empresas na região: Twenty Four Seven Data Centers (modular de até 300 MW com isenções de setembro), Scala Data Centers (em operação na Rua Guido de Camargo Penteado Sobrinho) e Tropical Edge Data Center (alvarás de agosto). Após analisar os dados, o Gaema decidirá sobre novos inquéritos. Licenciamento e impactosAberto em 15 de setembro após representações de Sâmia Bomfim (PSOL), Mariana Conti (PSOL), Gustavo Petta, Orlando Silva (PCdoB) e do Comdema, o inquérito apura licenciamento fracionado. Prefeitura e Terra Nova confirmaram que só a subestação de 440 kV tem licença, sem pedido para o data center, e a Cetesb apontou dispensa estadual. No MP, a empresa disse ter reduzido o projeto de dez para nove prédios pelo tombamento histórico.

O MP deu 20 dias para a Terra Nova entregar plantas atualizadas e estudos de ruído, avaliando barreira sonora na APP do Ribeirão Anhumas, e de calor (386 MW), pelo risco de ilhas de calor. No mesmo prazo, empresa e Sanasa detalharão testes com água de reúso no resfriamento (liquid cooling), pois a bacia PCJ vive escassez hídrica e a diretriz anterior venceu em outubro.

Incentivos e repercussãoOs R$ 5 bilhões são investimentos privados na estrutura e equipamentos do negócio (colocation), sem entrada nos cofres públicos. Pela Lei nº 16.174/2021, o grupo obteve 12 anos de isenções, R$ 1,62 milhão/ano em IPTU, R$ 904,8 mil em ITBI e R$ 6,83 milhões em ISSQN de obras — em troca de R$ 497,8 milhões em aportes em três anos, 690 vagas diretas até o sexto ano e 5% dos incentivos a um fundo municipal, sem contrapartidas ambientais. A subestação segue autorizada.

Mariana Conti disse que a ação evita um "cheque em branco" a empresa estrangeira com isenções milionárias sem contrapartidas claras. Sâmia Bomfim defendeu regulação nacional para evitar que o país vire "quintal das big techs".

OUTRO LADO

Procurada pela reportagem, a Prefeitura de Campinas informou que recebeu o ofício do Ministério Público na sexta-feira (13), acrescentando que irá levantar as informações solicitadas e responder ao órgão dentro do prazo estabelecido.

Oposição aciona MP e Câmara adia audiência da Previdência

Por **Moara Semeghini**

A Câmara Municipal de Campinas recuou e transferiu para 24 de novembro, às 18h, a audiência pública sobre o futuro do Instituto de Previdência Social do Município de Campinas (Camprev). Confirmada à reportagem pelo Legislativo, a mudança sai no Diário Oficial desta segunda-feira (16) e reverte a agenda da Comissão de Constituição e Legalidade (CCL), presidida por Otto Alejandro, que marcara o debate para quinta (19), às 10h.

O Projeto de Lei Complementar altera regras de aposentadoria, pensões e transição para adequar a cidade à Reforma da Previdência de 2019 (EC nº 103), proposta por Jair Bolsonaro e Paulo Guedes e promulgada pelo Congresso. O recuo ocorreu após protesto de servidores no Paço na quinta (12), abaixo-assinado com mais de 5 mil assinaturas e representação no Ministério Público (MP-SP) na sexta (13), assinada pelos vereadores Fernanda Souto (PSOL), Guida Calixto (PT), Gustavo Petta (PCdoB), Mariana Conti (PSOL), Paolla Miguel (PT) e Wagner Romão (PT).

ÁLVARO JR / CÂMARA DE CAMPINAS



Representação feita pela oposição: Petta, Souto, Conti, Calixto, Paolla e Romão

Para Gustavo Petta (PCdoB), a mudança é "uma primeira vitória" pela participação dos servidores, mas o desafio agora é barrar um texto que "precariza o direito à aposentadoria". Já Wagner Romão (PT) classificou o projeto de Dário Saadi como "extremamente nocivo" e acusou a gestão de repetir "o saque de recursos previdenciários para pagar contas da Prefeitura". Segundo ele, a reforma aumenta a aposentadoria em sete anos para mulheres e cinco para homens, além de desestimular novos concursos.

O QUE DIZ A PREFEITURA

Enviado à Câmara em 20 de outubro, o projeto busca equilibrar as contas do Camprev diante de um déficit atuarial estimado em R$ 13 bilhões.

O Executivo afirma que mantém a alíquota de 14%, preserva direitos adquiridos e garante integralidade e paridade a quem ingressou até 31 de dezembro de 2003.

Para atuais servidores, cria regras de transição (pontos e pedágio); para novos, fixa idade mínima de 62 anos (mulheres) e 65 (homens), 57 e 60 no magistério, além de aposentadoria especial para áreas insalubres.